

ON

M.E.C.

SECRETARIA GERAL

SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE MINAS GERAIS

Versão Preliminar

JUNHO - 1968

A P R E S E N T A Ç Ã O

Na articulação entre o trabalho dos órgãos federais que constituem a administração da União e o desenvolvido pelos Estados, repousa grande parte do sucesso do programa de desenvolvimento do Governo do Marechal Arthur da Costa e Silva.

Verifica-se como Sua Excelência tem-se voltado para o problema regional, não só incrementando, com grande ênfase, o labor que bem realiza o Ministério do Interior, como, ao mesmo tempo, fixando parte de sua gestão governamental em áreas estratégicas para conhecer melhor a realidade nacional e dimensionar, no tempo, e mediante atividades prioritárias as possibilidades de alteração dos padrões anacrônicos dos setores básicos do desenvolvimento.

O presente trabalho - um estudo preliminar elaborado pela Divisão de Planejamento com dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura - pretende contribuir para esse esforço do Governo, e, na medida do possível, será generalizado a todas as Unidades da Federação. Nosso objetivo, porém, é maior, na medida em que reconhecendo as possibilidades da União, pretendemos implementar programas que estejam de acordo com os interesses regionais. Essa tem sido a tônica de ação do Ministro Tarso Dutra.

Édson Franco
Secretário Geral

I N T R O D U Ç Ã O

A escolha dos aspectos demográficos e econômicos, neste trabalho, justifica-se pela intenção de obter-se algumas informações básicas, indispensáveis a um Planejamento Educacional Integrado, bem como demonstrar a necessidade de colocar o Sistema Educacional, como instrumento capaz de modificar esses aspectos locais objetivando lograr mais rapidamente um desenvolvimento social homogêneo e equilibrado.

Baseado neste pensamento, o presente estudo foi elaborado em três capítulos correspondentes àqueles setores cuja interdependência reflete-se em suas influências mútuas.

Através da demografia ter-se-á conhecimento quanto à composição, distribuição e evolução da população. Saber-se-á a quem dar educação. Neste capítulo obteve-se informações de que Minas Gerais, apesar do elevado crescimento populacional nas zonas urbanas, conserva sua característica do Estado rural. Marcante é a elevada participação da população em atividades primárias (Censo de 1950). Sua população é extremamente jovem (56,0% com menos de 20 anos, em 1960), embora apenas 13,2% frequentam a escola.

Baseando-se em uma atual estrutura econômica e em função das modificações que se lhe pretende aplicar, estrutura-se o Sistema Educacional.

No capítulo concernente à economia mineira, procurou-se dar uma visão global e rápida de sua composição. Viu-se qual o setor mais forte: o agrícola; o mais dinâmico: a indústria moderna; o mais problemático: o pecuário. Constatou-se que sendo o Estado, ainda, predominantemente agropecuário, a educação a ser dada deverá ser enfatizada com vistas à formação de mão-de-obra aplicável a esse setor. Considerando, entretanto, a urgência do desenvolvimento industrial, a fim de obter-se um mais rápido desenvolvimento econômico, faz-se necessário incrementar o ensino técnico.

Ao trabalho em questão foi dado um enfoque global, considerando o Estado de Minas Gerais como um todo, sem evidenciar suas peculiaridades regionais. Igualmente não se fez um estudo de perspectivas, nem procurou-se determinar a tendência, nos próximos anos, das variáveis estudadas, pois, faltaram os dados e tempo necessários. Contudo, não se desconhece que um estudo em profundidade da realidade mineira, em seus aspectos sócio-econômicos deverá ser feito, a fim de possibilitar a elaboração de um plano educacional concreto, eficiente e, acima de tudo exeqüível.

S U M Á R I O

1 - SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA	
1.1 - Apreciação geral	1
2 - ECONOMIA MINEIRA	
2.1 - Apreciação geral	5
3 - SITUAÇÃO EDUCACIONAL	
3.1 - Ensino Primário	
3.1.1 - Situação em 1966	11
3.1.2 - Evolução - 1960/66	16
3.2 - Ensino Médio	
3.2.1 - Ensino Médio em Geral	
3.2.1.1 - Situação em 1966	22
3.2.1.2 - Evolução - 1960/66	25
3.2.2 - Ensino Secundário	
3.2.2.1 - Situação em 1966	29
3.2.2.2 - Evolução - 1960/66	31
3.2.3 - Ensino Comercial	
3.2.3.1 - Situação em 1966	32
3.2.3.2 - Evolução - 1960/66	33
3.2.4 - Ensino Industrial	
3.2.4.1 - Situação em 1966	35
3.2.4.2 - Evolução - 1960/66	35
3.2.5 - Ensino Agrícola	
3.2.5.1 - Situação em 1966	37
3.2.5.2 - Evolução - 1960/66	38
3.2.6 - Ensino Normal	
3.2.6.1 - Situação em 1966	39
3.2.6.2 - Evolução 1960/66	40
3.3 - Ensino Superior	
3.3.1 - Graduação	
3.3.1.1 - Situação em 1966	42
3.3.1.2 - Evolução - 1960/66	44
3.3.2 - Pós-graduação	
3.3.2.1 - Situação em 1966	49
3.3.2.2 - Evolução - 1960/66	49

1 - SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

1.1 - Apreciação geral - Em 1960, o contingente demográfico de Minas Gerais alcançou o total de 9.798.880 habitantes, o que correspondia a 13,81% da população geral do Brasil. Situava-se, assim, no conjunto do país em 2º lugar quanto ao efetivo populacional, entre os Estados de São Paulo e Bahia.

Os valores a seguir apresentados permitem observar a expansão da população mineira em 4 décadas, segundo o Anuário Estatístico do Brasil - 1967.

<u>A n o</u>	<u>População</u>	<u>%</u>
1940	6.736.416	16,34
1950	7.717.792	14,86
1960	9.798.880	13,81
1970	11.996.000	12,59

Cifra ainda mais expressiva é a densidade demográfica, revelando a relação entre o efetivo populacional e a extensão territorial. Para Minas Gerais, em 1960, foi encontrada a proporção média de 17 hab./km², superior à registrada para o país no mesmo ano.

Essa população estava irregularmente distribuída pelos 587.172 km² que constituem a área total do Estado mineiro, havendo zonas de grande concentração (Leste, Sul e região minero-metalúrgica do Centro do Estado) e zonas de rarefação populacional (Norte, Nordeste e Noroeste do Estado).

A variação máxima da densidade demográfica, entre os 722 municípios mineiros - 2.070 hab./km², em Belo Horizonte, e a mínima 1,54 hab/km², em São Romão, retrata a desproporção na dispersão do povo mineiro.

A análise dos dados abaixo apresentados revela que a população de Minas Gerais é extremamente jovem, como em geral acontece em toda região em fase de desenvolvimento.

1.1 - POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE - 1960

GRUPOS DE IDADE (anos)	POPULAÇÃO	%
0 - 10	3.037.653	31
10 - 20	2.449.720	25
20 - 30	1.371.843	14
30 - 40	979.888	10
40 - 50	881.899	9
50 - 60	587.933	6
Mais de 60	489.944	5
TOTAL	9.798.880	100

Fonte - Diagnóstico da Economia Mineira - Governo do Estado de Minas Gerais - 1967.

Em 1960, 56% da população mineira eram constituídos de jovens de menos de 20 anos de idade. Esta situação demográfica, pelas suas incidências sócio-econômicas, merece tratamento especial.

Muito embora no conjunto do país, e sem dúvida também em Minas Gerais, do ponto de vista sociológico, a idade ativa comece antes dos 15 anos, é somente a partir dessa idade que o elemento humano começa a produzir para a coletividade mais do que consome. É fácil, portanto, compreender o peso que recai sobre a população ativa (15-59 anos), expresso, entre outras formas, pela tributação excessiva, com a consequente dificuldade de constituição da poupança privada, e a utilização da mão-de-obra infantil, determinando início tardio da alfabetização, fatos que irão repercutir negativamente no desenvolvimento econômico e cultural do Estado.

É possível, ainda, tendo em vista o que acima foi visto, calcular-se o vulto dos investimentos públicos exigidos para a educação desse potencial jovem. A comparação da população estudantil com o correspondente demográfico permite visualizar melhor as reais dimensões desse problema.

Como se pode constatar, através dos dados expostos no quadro 1.2, a população estudantil de nível primário correspondia, em 1960, a 11,7% do efetivo demográfico do Estado, e a de nível médio e superior a 1,5% e 0,1%, respectivamente.

1.2 - POPULAÇÃO TOTAL E NA ESCOLA DE MINAS GERAIS - 1960/66

A N O	POPULAÇÃO (1.000 hab.)						
	Total	Na escola					
		Nível primário		Nível médio		Nível superior	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1960	9.798	1.146,3	11,7	146,8	1,5	9,3	0,1
1961	9.843	1.165,5	11,8	165,4	1,7	10,0	0,1
1962	10.061	1.304,6	13,0	183,1	1,8	11,0	0,1
1963	10.285	1.437,6	14,0	213,2	2,1	12,3	0,1
1964	10.513	1.577,5	15,0	232,3	2,2	14,4	0,1
1965	10.747	1.714,5	16,0	265,4	2,5	16,9	0,2
1966	10.986	1.782,1	16,3	317,1	2,9	20,7	0,2

NÚMEROS ÍNDICES DA POPULAÇÃO TOTAL E NA ESCOLA (1960 = 100)

<u>A n o s</u>	<u>Total</u>	<u>Nível Primário</u>	<u>Nível Médio</u>	<u>Nível Superior</u>
1960	100	100	100	100
1961	100	101	113	108
1962	103	114	125	119
1963	105	125	145	132
1964	107	138	158	155
1965	110	150	181	182
1966	112	155	216	223

Nesses 7 anos, o crescimento da população estudantil dos três níveis de ensino superou o crescimento do efetivo demográfico, como se pode constatar através dos números índices apresentados. Fato auspicioso, embora as taxas de escolarização ainda sejam muito baixas em todos os níveis de ensino, tendo em vista a característica eminentemente jovem da população mineira.

Segundo o Censo de 1960, 59,8% da população habitavam em zonas rurais, o que indica tratar-se de um Estado rural, muito embora a população urbana venha crescendo a ritmo de 4,5% ao ano, em parte, como decorrência da migração rural-urbana, não obstante a maior fecundidade das populações rurais.

No tocante à repartição profissional da população ativa, em 1950, a estrutura era a seguinte:

Setor primário	-	69,04%
Setor secundário	-	10,60%
Setor terciário	-	20,36%

Embora ainda muito elevada a percentagem de pessoas ocupadas no setor primário em Minas Gerais, a tendência geral é para sua redução, com o desenvolvimento correspondente dos setores secundário e terciário.

Êsses informes demográficos, aliados aos que caracterizam as condições econômicas do Estado de Minas Gerais, constituem-se em elementos básicos para o planejamento do seu sistema educacional.

2 - ECONOMIA MINEIRA

2.1 - Apreciação geral - O Estado faz parte da região leste brasileira, juntamente com os Estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara, com uma área total de 587.172 km².

O produto agropecuário em Minas representa quase a metade de sua renda interna, apresentando-se em ritmo de crescimento reduzido. No período 1949/60, apresentou êste setor lento incremento em relação aos demais; enquanto a indústria em termos reais elevou-se, em 150% e serviços em 86%, a agropecuária não ultrapassou a 50%.

Não obstante, sua expressão em termos de atividade geradora de renda no Estado não se alterou profundamente. Após a recuperação havida nos anos 1950 a 1953, sua tendência apresenta-se decrescente. A agricultura vem sendo substituída pela indústria que, como fonte de recursos, passou de 13,8%, em 1947, a 16,6%, em 1959. No que concerne ao setor terciário, sua participação vem mantendo-se modesta, principalmente devido a diversidade do comportamento das várias atividades que o compõe, como se vê pelo quadro 2.1.

O Estado, ao longo dos anos 1947/1959, perdeu sua posição como participante na formação da Renda do País, ao passar de 12%, em 1947/48, a 10% em 1958/59. Confrontando as rendas "per-capita" de Minas Gerais e do Brasil, nota-se a defasagem crescente existente entre as duas medidas. Enquanto em 1947 limitava-se a cerca de 76% da brasileira, em 1959, ficou reduzida a 65%.

O baixo índice de crescimento do produto agrícola ressalta-se mais profundamente quando comparado com o de outros Estados e o do país. Êste último cresceu em 67%, e dos Estados do Paraná, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul apresentaram um índice de crescimento da ordem de, respectivamente, 379%, 115%, 188% e 60%, e em Minas Gerais foi apenas de 46%.

Muitas são as razões explicativas do fato, mas podem ser resumidas pelas deficiências ligadas ao relevo, ao solo, à distribuição fiduciária e à rede de transportes.

2.1 - PARTICIPAÇÃO RENDA INTERNA POR SETORES DE ATIVIDADE - 1947/59 (%)

A N O	TOTAL	AGRICUL- TURA	COMÉRCIO	INDÚS- TRIA	SERVIÇOS	TRANS- PORTES COMUNI- CAÇÕES	INTERME- DIÁRIOS FINAN- CEIROS	ALUGUEIS	GOVERNO
1947	100,0	47,5	11,3	13,8	15,4	4,6	1,6	1,8	4,0
1948	100,0	50,8	10,1	13,4	13,8	4,4	1,4	1,8	4,3
1949	100,0	49,2	10,3	13,9	14,0	5,2	1,5	1,9	3,9
1950	100,0	50,3	9,4	14,9	12,6	4,7	1,6	2,2	4,3
1951	100,0	50,8	9,2	15,6	11,7	4,7	1,8	1,9	4,3
1952	100,0	49,4	9,8	14,4	12,7	4,8	1,9	2,4	4,6
1953	100,0	51,4	9,3	14,3	12,1	5,0	1,8	1,6	4,5
1954	100,0	45,0	8,9	15,8	13,2	4,9	1,9	1,5	3,8
1955	100,0	45,6	9,4	15,8	14,8	6,2	2,0	1,6	4,6
1956	100,0	43,9	9,5	15,4	15,4	6,6	2,0	1,9	5,3
1957	100,0	44,3	9,4	14,3	15,0	6,4	2,1	2,4	6,1
1958	100,0	41,5	10,1	16,3	14,8	6,4	2,4	2,5	6,0
1959	100,0	43,2	10,2	16,6	14,8	5,6	2,4	2,0	5,2

Fonte - FGV

Verificando o comportamento das diversas rubricas compreen-
didas, genêricamente, em agricultura, vemos que a mais fraca é a ex-
trativa vegetal que no período acima citado, expandiu em apenas 20%.
Em seguida, a lavoura em 54% e a pecuária e seus derivados, que prã-
ticamente igualou-a em 53%. É insignificante a participação da pro-
dução extrativa vegetal na renda estadual, tendendo a agravar-se com
o decorrer do tempo; em 1949, significava, em preços correntes, 12%
do produto agrícola para, em 1960, reduzir-se a 6%. A lavoura, con-
siderando êstes dois anos, passou de 63% a 58% enquanto a pecuária
evoluiu de 25% para 36%.

Na produção agrícola, o Estado sobressai-se no cultivo de
milho, cana de açúcar, arroz, café, feijão, abacaxi e laranja, sen-
do, respectivamente, o segundo produtor de abacaxi, feijão e laran-
ja e, o terceiro dos demais produtos.

Na avicultura sobressai-se o Estado na criação de galiná-
ceos, mantendo, além de uma tendência positiva, a posição de segundo

produtor brasileiro. Situação que se reflete na produção de ovos, ocupando, também, o segundo posto, após o Estado de São Paulo.

No setor agropecuário, evidencia-se na pecuária, ao apresentar-se como o principal produtor do país, detentor do maior efetivo de rebanho bovino (cêrca da quinta parte do total brasileiro), eqüino, e suino. Esta situação coloca o Estado em posição vantajosa na produção leiteira, também, como primeiro produtor brasileiro. Entretanto, o predomínio de arcaicos sistemas de criação, alimentação e manejo do gado leiteiro tem retardado o seu ritmo de crescimento, ameaçando sua posição de liderança.

Apesar dos dados estatísticos não serem dignos de crédito absoluto, pela diversidade havida nas diversas fontes, observa-se um crescimento do gado bovino e uma queda nas demais espécies. Acredita-se na hipótese que a perda de sua hegemonia nacional é devida, entre outros fatores, ao abate exageradamente cedo das matrizes e da alta taxa de desfrute. O abate das fêmeas tem representado nos últimos anos, cêrca de 60% do abate total.

Reveste de especial importância o fato de ser no País o Estado de Minas Gerais aquele que possui a maior área cultivada e o terceiro em número de estabelecimentos agrícolas, após haver sido o segundo.

A distribuição fundiária tem trazido problemas à agricultura, pois, a excessiva polarização das propriedades e a concentração em certas áreas, provoca que alguns dos estabelecimentos tenham área reduzidíssima em contraste com outros de dimensão apreciável. De outro lado, os estabelecimentos com mais de 500 ha situam-se próximo de 11% do total, levando-se a crer que êstes se ocupam sobretudo, com a pecuária extensiva. Na impossibilidade de adotar novas funções de produção, seja por falta de conhecimentos ou de condições materiais, ou mesmo pela escassez relativa de mão de obra, o proprietário quando desejoso de aumentar sua produção, simplesmente, agrega novas terras às suas, devido à existência de terras apropriáveis.

Contudo, merece destaque o número de unidades próprias no Estado. Em 1960, do total apresentado, 87,4% foram classificadas como próprias, representando cerca de 87% da área cultivada. Desta área, 39% são dedicados à agricultura e 57% à pecuária, devendo notar-se, que estas atividades são exploradas, sobretudo, mais no sistema extensivo que intensivo.

De modo geral, pode-se afirmar que a indústria mineira não demonstrou, historicamente, evolução muito significativa. Mesmo na década 1950/60, quando mais acelerado foi o processo de industrialização do Brasil, em Minas Gerais os índices de crescimento da indústria situaram-se 24% abaixo da média nacional.

Segundo dados do Censo de 1960, Minas Gerais foi o quinto Estado brasileiro em valor de produção. Contrastando, o temos em terceiro lugar em número de estabelecimentos e em pessoal empregado e, ainda, o quinto em montante de salários pagos e valor de transformação industrial.

A grande maioria de suas indústrias caracteriza-se pelo intenso emprêgo de mão-de-obra e um deficiente aproveitamento da tecnologia avançada. Observa-se que neste grupo de indústrias encontram-se as têxteis e alimentar, cuja estrutura básica vem permanecendo constante desde o início do século. As indústrias têxteis vem padecendo de males relacionados principalmente com o obsoletismo de seu equipamento e os consequentes baixos níveis de eficiência e rentabilidade. A indústria alimentar, caracteristicamente caseira e familiar, enfrenta os problemas decorrentes da concorrência das grandes unidades localizadas em centros dinâmicos, o mesmo ocorrendo com as indústrias de laticínios, constituída em grande número de pequenas unidades de deficientes estruturas e baixa produtividade.

Em oposição a este tipo de indústria, encontra-se aquele grupo das chamadas indústrias dinâmicas, que apresenta um acelerado ritmo de desenvolvimento, de tecnologia razoavelmente moderna, de dimensionamento mais apto a aproveitar-se de uma economia de escala e uma localização mais adequada. Nesta faixa, apresentam-se os

ramos que mais se beneficiaram do processo de substituição de importações, fornecendo insumos necessários ao eixo Rio-São Paulo. Seus índices de crescimento foram bastante acentuados na década de 50, principalmente nos ramos de transformação de produtos não-metálicos (aumento de 370% entre 1950/60), energia elétrica e extrativa mineral (crescimento aproximado de 270%), indústria metalúrgica (230%), vindo a seguir a indústria de construção civil (170%). Neste mesmo período, a indústria de transformação como um todo, obteve um crescimento de 130% em seu produto real.

O Estado é rico em minérios, sendo o primeiro produtor de ferro, bauxita, birilo, cristal de rocha, dolomita, e o segundo em manganês, cassiterita, mármore e apatita, e o terceiro, em amianto.

O Setor Terciário que compreende o comércio, transporte, intermediários financeiros e a prestação de serviços, foi o responsável por 40,2% da Renda do Estado em 1959, superior a de 1947, ainda, na ordem de 38,7%.

Expansão que se deveu ao aumento da demanda derivada do processo de urbanização, por efeitos induzidos do desenvolvimento das atividades produtivas, pelo aumento da renda "per capita", gerando procura de serviços pessoais em maior quantidade e, finalmente, pela elevação do emprêgo no setor público, em consequência da diversificação de sua atividade. Contudo, se o compararmos com a taxa de crescimento de outros Estados, constata-se que não foi tão favorável como à primeira vista, uma vez que em São Paulo atingiu a 87,5%; Paraná, 235%; Santa Catarina, 90,3%; Rio Grande do Sul, 75,2%; Goiás, 187,5% e Mato Grosso, 128,3%.

Na atividade comercial, segundo o Censo de 1960, o Estado apresenta-se em situação semelhante ao industrial. Possui grande número de estabelecimentos e de pessoal, o segundo do País, porém, em receita e capital mantém-se em posição inferior aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Pode-se constatar o relativo pequeno vulto e expressão econômica destes estabelecimentos se comparados com os de outras unidades do País. Sua participa

ção na formação da Renda Interna estadual, nos dois últimos anos, conseguiu recuperar-se e voltar aos níveis dos primeiros anos do período em estudo no Quadro 2.1.

Merece destaque o comportamento da rubrica "Serviços", com sua oscilação cíclica. Os demais itens do setor Terciário tem-se a apresentado regularmente ascendente.

3 - SITUAÇÃO EDUCACIONAL

3.1 - ENSINO PRIMÁRIO

3.1.1 - Situação em 1966. O Ensino Primário Fundamental comum foi ministrado em todo o Estado de Minas Gerais a 1.782.063 alunos através de 16.505 unidades escolares, sendo 55,4% estaduais, 41,2% municipais, 2,7% particulares e 0,7% federais.

Êsses cursos se localizaram predominantemente em áreas rurais (81,6%), que abrangiam apenas 39,6% das matrículas, fazendo supor grande concentração de alunos nas escolas urbanas.

A quase totalidade das matrículas no ensino primário foi efetuada em escolas oficiais (97%), destacando-se a situação da administração estadual, responsável por 1.443.107 alunos (80,9%), o que correspondia a mais de 6 vezes o efetivo das escolas municipais e a quase 180 vezes o das escolas federais.

Êsses dados indicam um ensino elementar eminentemente gratuito, condição que não se tem mostrado suficiente para possibilitar o acesso à escola, tendo em vista o grande número de crianças de 7 a 10 anos que ainda permanecem afastadas da escola.

Segundo o Censo Escolar de 1964, do total de 1.133.728 crianças existentes dessa faixa etária em Minas Gerais, 38% não frequentavam a escola primária, problema que está a exigir minucioso estudo de suas causas, podendo-se, a priori, afirmar que se caracteriza como uma consequência das condições sócio-econômicas do Estado.

QUADRO 3.1 - CURSOS, CORPO DOCENTE E MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO
- 1966 -

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				LOCALIZAÇÃO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural
Cursos.....	16.505	109	9.153	6.804	439	3.041	13.464
Corpo Docente..	60.712	274	49.977	8.267	2.194	40.543	20.169
Matrícula	1.782.063	8.176	1.443.107	277.666	53.114	1.076.424	705.639

Quanto à composição da rede escolar primária do Estado, verificou-se a preponderância das escolas de apenas um professor, cujo total correspondia a quase o dobro das escolas de 2 ou mais professores.

Nos diversos âmbitos administrativos (Quadro 3-2), a constituição da rede escolar se apresentou variada, exceto no que se refere à situação da rede federal e particular onde, em 1966, predominou o mesmo tipo de escola (de dois ou mais professores).

QUADRO 3.2 - TIPO DE ESCOLA

TIPO DE ESCOLA	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				LOCALIZAÇÃO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural
De 1 único professor	10.784	12	4.559	6.128	85	290	10.494
De 2 ou mais professores	5.721	97	4.594	676	354	2.751	2.970
TOTAL	16.505	109	9.153	6.804	439	3.041	13.464

Em 1966, as zonas rural e urbana se diferenciavam nitidamente quanto ao tipo de escola: na primeira a grande maioria das unidades escolares era de um único professor, enquanto na última dominava o outro tipo de escola.

No que se refere à distribuição dos discentes pelas várias séries didáticas em 1966, observou-se um decréscimo acentuado na razão direta da seriação, como se pode ver através dos dados abaixo apresentados.

QUADRO 3.3 - MATRÍCULA SEGUNDO A SÉRIE - 1966

<u>Séries</u>	<u>Matrícula no início do ano</u>	<u>%</u>
1ª	901.207	50,6
2ª	390.535	21,9
3ª	284.681	16,0
4ª	170.044	9,5
5ª	34.985	2,0
6ª	611	0,0
TOTAL	1.782.063	100,0

Essas estatísticas permitem visualizar a violenta triagem que se verifica na escola primária, fato cujas repercussões sócio-econômicas são gravíssimas. Os alunos que abandonam a escola elementar durante o curso, em pouco se constituirão em analfabetos por desuso. Mesmo sem entrar na análise do problema, que fugiria dos objetivos do presente trabalho, é possível apontar relação entre fatos sociais patológicos como mendicância, delinquência, etc. e o analfabetismo e, enquanto êste alcança elevados índices no Estado, não haverá programa de desenvolvimento que possa lograr êxito.

Com base nos dados levantados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura para 1965, foi possível constatar o baixo rendimento da escola primária mineira, onde se registrou o índice de aprovação de 53,9%, inferior ao índice geral do país (60,2%).

QUADRO 3.4.1 - RENDIMENTO DA ESCOLA PRIMÁRIA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA E A LOCALIZAÇÃO - 1965

ÍNDICES	TOTAL (%)	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				LOCALIZAÇÃO	
		Federal (%)	Estadual (%)	Municipal (%)	Particular (%)	Urbana (%)	Rural (%)
Aprovação	53,9	72,7	56,9	39,8	57,9	57,1	48,5
Reprovação	32,4	27,3	33,1	33,3	14,5	28,5	38,9
Deserção imediata ..	13,7	-	10,0	26,9	27,6	14,4	12,6

Nota - O percentual de aprovações e reprovações foi calculado em relação à matrícula no fim do ano, que se apresentou mais elevada que a matrícula no início.

A evasão imediata e as reprovações se apresentaram em grandes proporções no Estado, como demonstram os números índices do quadro acima, constituindo-se em dois sérios problemas da educação de 1º nível em Minas Gerais.

Dos 1.714.491 alunos matriculados no início do ano de 1965, 234.430 abandonaram a escola de imediato e 555.525 foram reprovados, indicando a inadequação do ensino aos interesses dos educandos, bem como a utilização de critérios e métodos obsoletos na verificação do aproveitamento escolar.

Em 1965, como se vê ainda no quadro anterior, o rendimento

das escolas federais, medido pelo número de aprovações, superou o das demais esferas administrativas. As escolas municipais se apresentaram como as menos eficientes, onde somente 39,8% dos alunos conseguiram aprovação.

As reprovações assumiram proporções maiores nas escolas oficiais que nas particulares.

A deserção imediata, inexistente nas escolas federais em 1965, apresentou-se elevada nas escolas municipais e particulares.

O rendimento das escolas urbanas em Minas Gerais era superior ao das escolas rurais, muito embora o fenômeno da evasão imediata se apresentasse mais intenso naquelas escolas.

Em relação à eficiência do ensino (Quadro 3.4.2), segundo as várias séries didáticas, observou-se grande diversidade, registrando-se o índice máximo de aprovações na 6ª série (82,7%) e o mínimo na 1ª série (44,1%).

QUADRO 3.4.2 - RENDIMENTO DA ESCOLA PRIMÁRIA, SEGUNDO A SÉRIE DIDÁTICA -1965

ÍNDICES	TOTAL	SEGUNDO A SÉRIE DIDÁTICA					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
Aprovação	53,9	44,1	61,0	64,3	74,4	48,6	82,7 (x)
Reprovação	32,4	44,5	25,4	22,6	2,8	15,9	17,3 (x)
Deserção imediata	13,7	11,4	13,6	13,1	22,8	35,5	-

(x) - Os percentuais de aprovações e reprovações foram calculados em relação à matrícula no fim do ano, que se apresentou mais elevada que a matrícula no início, nessa série.

Sem dúvida há relação entre o grande número de reprovados na 1ª série e a concentração nessa série de 51% das matrículas totais no curso primário.

A deserção imediata cresce progressivamente na ordem direta da seriação didática, acusando uma variação extrema de 11,4% na 1ª série a 35,5% na 5ª série. Deve-se chamar atenção para o fato de que o elevado índice de evasão imediata na 5ª série não tem significado totalmente negativo, podendo indicar permanência na escola nos cursos de admissão ao ginásio.

Em Minas Gerais a responsabilidade quase total com relação aos docentes aplicados ao ensino primário cabia aos poderes públicos (96,4%).

As áreas urbanas absorveram 66,8% do total de professores.

A relação aluno por docente era de 29 no Estado de Minas Gerais, em 1966. Nos diversos âmbitos administrativos a variação extrema desse coeficiente se verificou entre as escolas particular e municipal.

Nas áreas urbana e rural esse coeficiente oscilou entre 27 e 35, respectivamente, conforme mostra o quadro abaixo:

QUADRO 3.5 - ALUNO/DOCENTE - 1966

ESPECIFICAÇÃO	ALUNOS POR PROFESSOR
TOTAL	29
<u>Dependência</u>	
Federal	30
Estadual	29
Municipal	34
Particular	24
<u>Localização</u>	
Urbana	27
Rural	35

Era, de modo geral, baixo o padrão qualitativo do corpo docente dedicado ao ensino elementar em Minas Gerais, como se pode deduzir através do elevado percentual de não normalistas (43%).

Professores em exercício de magistério - 1966

Normalistas	30.159
Não normalistas	22.736
TOTAL	52.895

Em 1966, 22.736 professores lecionaram em escolas primárias sem possuírem o preparo mínimo indispensável para o desempenho dessa função. Essa informação é de suma importância para os planejadores do ensino, visto que explica, em parte, a baixa produtividade da escola elementar em Minas Gerais, indicando que a melhoria qualitativa do magistério primário deverá constituir-se numa das metas do Plano Integrado de Educação.

3.1.2 - Evolução - 1960/66 - No período que vai de 1960 a 1966 constatou-se um incremento global de 635.783 matrículas no ensino primário, ou seja 55% do total existente em 1960.

Analisando-se os dados apresentados no quadro 3.6 foi possível verificar a elevada expansão das matrículas em escolas federais (126%), embora sem grande significação quantitativa, tendo em vista que correspondem a apenas 0,5% da matrícula total.

Nas escolas municipais e particulares as matrículas sofreram oscilações no período considerado, acusando, em 1966, redução de 9% e 10%, respectivamente, em relação ao ano base.

Com relação ao ensino primário estadual, a característica marcante foi a expansão constante do efetivo de discentes.

A principal variação na distribuição proporcional de matrículas, segundo a dependência administrativa, ocorrida nesses 7 anos se refere ao aumento significativo de 12,9% no percentual de matrículas em escolas estaduais e a conseqüente redução desse percentual nas escolas municipais (-10,9%) e particulares (-2,2%).

O incremento do número de discentes foi quase idêntico nas áreas urbana e rural, 54% e 58%, respectivamente, permanecendo, em conseqüência, a mesma distribuição proporcional das matrículas verificadas, entre essas zonas, em 1960.

QUADRO 3.6 - MATRÍCULA GERAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO - 1960/66

A N O	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				LOCALIZAÇÃO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural
VALORES ABSOLUTOS							
1960	1.146.280	3.619	779.970	303.939	58.752	698.561	447.719
1962	1.304.610	3.977	888.779	336.050	75.804	802.285	502.325
1964	1.577.472	4.670	1.160.373	340.321	72.108	972.220	605.252
1966	1.782.063	8.176	1.443.107	277.666	53.114	1.076.424	705.639
VALORES RELATIVOS (1960 = 100)							
1960	100	100	100	100	100	100	100
1962	114	110	114	111	129	115	112
1964	138	129	149	112	123	139	135
1966	155	226	185	91	90	154	158

Nota - Matrícula no início do ano a partir de 1965, inclusive.

A participação das esferas administrativas e a localização das matrículas nas zonas urbana e rural é apresentada no quadro seguinte, em valores relativos:

QUADRO 3.7 - MATRÍCULA GERAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO (%)

A N O	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				LOCALIZAÇÃO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural
1960	100,0	0,3	68,0	26,5	5,2	60,9	39,1
1962	100,0	0,3	68,1	25,8	5,8	61,5	38,5
1964	100,0	0,3	73,5	21,6	4,6	61,6	38,4
1966	100,0	0,5	80,9	15,6	3,0	60,4	39,6

Nota: Matrícula no início do ano, a partir de 1965, inclusive.

No tocante às unidades escolares, registrou-se um acréscimo de 3.838 unidades, o que corresponde a 30% do total existente em 1960.

Analisando-se o quadro 3.8, de números índices, logo se observa o decréscimo das unidades escolares municipais (-2%) e particulares (-16%) fato para o qual não se encontra explicação aceitável, tendo em vista o déficit de matrículas que ainda assumiu em 1964 proporções elevadas no Estado.

Esse fato se reveste de aspecto da maior gravidade quando se conclui através dos dados até agora apresentados que a expansão do ensino primário oficial dependeria principalmente do desenvolvimento do ensino municipal, visto que o ensino estadual tem-se ampliado sensivelmente e a participação federal no ensino primário, embora crescente, será sempre insignificante, visto que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, se limita à atuação do Ministério da Educação e Cultura nos Territórios.

No esquema urbano-rural o incremento global de unidades escolares rurais (3.742) correspondeu a quase o triplo do registrado nas escolas urbanas.

A comparação do crescimento de unidades escolares com o crescimento de matrículas nessas áreas indica total ausência de planejamento. Para um aumento de 54% de matrículas na área urbana, registrou-se um incremento correspondente de apenas 3% nas unidades escolares. E se se levar em consideração que, em 1960, a proporção aluno/curso era de 237 nas áreas urbanas e 46 nas áreas rurais, pode-se concluir que o investimento aplicado na expansão das unidades escolares não foi feito segundo o critério que hoje deve nortear a ação governamental: utilizar os recursos escassos de forma a obter o máximo de rendimento, medido em termos de produtividade do sistema educacional.

QUADRO 3.8 - UNIDADES ESCOLARES, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO - 1960/66.

A N O	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				LOCALIZAÇÃO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural
VALORES ABSOLUTOS							
1960	12.667	52	5.165	6.926	524	2.945	9.722
1962	13.581	40	4.944	7.956	641	2.923	10.658
1964	15.710	49	6.791	8.223	647	3.082	12.628
1966	16.505	109	9.153	6.804	439	3.041	13.464
VALORES RELATIVOS (1960 = 100)							
1960	100	100	100	100	100	100	100
1962	107	77	96	115	122	99	110
1964	124	94	131	119	123	105	130
1966	130	210	177	98	84	103	138

Nota: Matrícula no início do ano a partir de 1965, inclusive.

Quanto à participação das esferas administrativas e a localização das escolas nas zonas urbana e rural é apresentada na tabela imediata, em dados relativos.

QUADRO 3.9 - UNIDADES ESCOLARES, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO (%)

A N O	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				LOCALIZAÇÃO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural
1960	100,0	0,4	40,8	54,7	4,1	23,2	76,8
1962	100,0	0,3	36,4	58,6	4,7	21,5	78,5
1964	100,0	0,3	43,2	52,4	4,1	19,6	80,4
1966	100,0	0,7	55,4	41,2	2,7	18,4	81,6

No período de 1960 a 1965 o rendimento da escola primária em Minas Gerais, medido pelo número de aprovações, não sofreu melhoria significativa. As transformações observadas dizem respeito à redução de menos 4,1% no índice de reprovação, que permaneceu elevado, e à intensificação da deserção escolar imediata (2,7%).

QUADRO 3.10 - RENDIMENTO DA ESCOLA PRIMÁRIA

A N O	MATRÍCULA		APROVAÇÕES	EVASÃO IMEDIATA (%)	APROVAÇÃO (%)	REPROVAÇÃO (%)
	No início do ano (*)	No fim do ano				
1960	1.146.280	1.020.664	601.446	11,0	52,5	36,5
1961	1.165.492	1.033.971	638.748	11,3	54,8	33,9
1962	1.304.610	1.157.189	707.035	11,3	54,2	34,5
1963	1.437.591	1.257.708	766.351	12,5	53,3	34,2
1964	1.577.472	1.387.084	850.125	12,1	53,9	34,0
1965	1.714.491	1.480.061	924.536	13,7	53,9	32,4

(*) Matrícula geral até 1964, inclusive.

Êsses problemas, que as estatísticas retro-apresentadas revelam, devem merecer especial atenção das autoridades educacionais, no sentido de pesquisar suas causas e planejar sua solução.

No período escolhido para análise, o corpo docente sofreu um acréscimo de 29.479 professores, assim distribuídos pelas várias esferas administrativas - federal: 147, estadual: 28.566, municipal: 642 e particular: 124.

QUADRO 3.11 - CORPO DOCENTE, SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA, LOCALIZAÇÃO E HABILITAÇÃO PEDAGÓGICA - 1960/66

A N O	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA				LOCALIZAÇÃO		NORMA- LISTAS
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural	
VALORES ABSOLUTOS								
1960	31.233	127	21.411	7.625	2.070	20.372	10.861	17.437
1962	39.455	126	27.648	8.827	2.854	26.714	12.741	23.176
1964	49.385	135	37.105	9.281	2.864	33.478	15.907	23.716
1966	60.712	274	49.977	8.267	2.194	40.543	20.169	30.159
VALORES RELATIVOS (1960 = 100)								
1960	100	100	100	100	100	100	100	100
1962	126	99	129	116	138	131	117	133
1964	158	106	173	122	138	164	146	136
1966	194	216	233	108	106	199	186	173

O maior aumento (relativo e absoluto) se verificou no corpo docente estadual, que foi o único que apresentou regularidade na sua expansão.

Considerando o esquema urbano-rural, pode-se observar através dos números índices discriminados no quadro 3.11 que o corpo docente aplicado ao ensino elementar nessas áreas se desenvolveu regularmente no período 1960/66 selecionado para estudo, muito embora o incremento nas zonas urbanas tenha sido maior que nas áreas rurais.

O coeficiente geral aluno/docente reduziu-se de 37, em 1960, a 29, em 1966, revelando que o aumento de pessoal docente foi mais que proporcional que o incremento de matrículas, segundo o quadro imediato.

QUADRO 3.12 -- COEFICIENTE ALUNO/DOCENTE

A N O	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				LOCALIZAÇÃO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural
1960	37	29	36	40	28	34	41
1962	33	32	32	38	27	30	39
1964	32	35	31	37	25	29	38
1966	29	30	29	34	24	27	35

Constatou-se um decréscimo, no percentual de normalistas na composição do corpo docente de nível primário (-6,1% em relação a 1960), indicando que nada foi feito no sentido de melhorar o padrão qualitativo do corpo docente que, nesse caso, já deixava muito a desejar. Este fato irá repercutir negativamente na eficiência do ensino de 1º nível no Estado de Minas Gerais.

QUADRO 3.13 - CORPO DOCENTE, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, LOCALIZAÇÃO E HABILITAÇÃO PEDAGÓGICA (%)

A N O	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				LOCALIZAÇÃO		NORMA- LISTAS
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural	
1960	100,0	0,4	68,6	24,4	6,6	65,2	34,8	55,8
1962	100,0	0,3	70,1	22,4	7,2	67,7	32,3	58,7
1964	100,0	0,3	75,1	18,8	5,8	67,8	32,2	48,0
1966	100,0	0,5	82,3	13,6	3,6	66,8	33,2	49,7

3.2 - ENSINO MÉDIO

3.2.1 - Ensino Médio em Geral

3.2.1.1 - Situação em 1966 - A população estudantil de nível médio, em Minas Gerais, distribuída por apenas 261 dos 722 municípios mineiros, atingiu, em 1966, o total de 317.078 alunos concentrados, em sua maioria, no ensino secundário (73,8%), cujo efetivo correspondia a quase três vezes a soma das matrículas nos demais ramos do ensino médio.

Para um total de 622.760 alunos matriculados na 1ª série primária em 1962, registrou-se, em 1965, matrícula global na 1ª série do curso ginásial correspondente a 80.523 alunos, dados que revelam um ponto de estrangulamento na educação em Minas Gerais. Numa época em que cada vez se exige nível de instrução mais intenso e apurado, é de se prever a condição sócio-econômica desses jovens que possuem somente instrução elementar.

Em 1966, os discentes de ensino médio se repartiram por 1.634 cursos, dos quais 64,9% eram particulares; 30,5% estaduais; 2,9% municipais e 1,7% federais.

O ensino médio em Minas Gerais, como aliás ocorre no conjunto do país, era predominantemente particular, como se pode inferir do percentual de matrículas registradas em 1966, nessas escolas (61,0%).

No âmbito oficial notou-se maior desenvolvimento do ensino estadual, encarregado de 33,4% das matrículas totais. Os números absolutos e relativos indicam reduzida participação dos poderes públicos federal e municipal na educação de 2º nível em Minas Gerais.

No tocante à distribuição de matrículas pelos ciclos didáticos, observou-se nítida concentração no 1º ciclo (77,3%).

QUADRO 3.1.4 - CURSOS, CORPO DOCENTE E MATRÍCULA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA
E CICLO DIDÁTICO

ESPECIFICAÇÃO	CURSOS	CORPO DOCENTE	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO
<u>Dependência administrativa</u>			
Federal -	27	660	7.210
% -	1,7	3,1	2,3
Estadual -	499	7.461	106.076
% -	30,5	34,9	33,4
Municipal -	47	611	10.482
% -	2,9	2,9	3,3
Particular -	1.061	12.611	193.310
% -	64,9	59,1	61,0
<u>Ciclo didático</u>			
1º -	993	14.106	245.164
% -	60,8	66,1	77,3
2º -	641	7.237	71.914
% -	39,2	33,9	22,7

Os ramos do ensino médio que levam ao exercício de uma profissão não têm exercido atração sobre a juventude mineira, como se pode observar através dos dados expostos no quadro 3.15

QUADRO 3.15 - CURSOS, CORPO DOCENTE E MATRÍCULA, SEGUNDO OS RAMOS DE ENSINO

RAMOS DE ENSINO	CURSOS	CORPO DOCENTE	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO
Secundário -	992	14.086	233.973
% -	60,7	66,0	73,8
Comercial -	302	3.352	42.523
% -	18,5	15,7	13,4
Industrial -	22	373	4.108
% -	1,3	1,7	1,3
Agrícola -	15	232	1.953
% -	0,9	1,1	0,6
Normal -	303	3.300	34.521
% -	18,6	15,5	10,9
TOTAL -	1.634	21.343	317.078
% -	100,0	100,0	100,0

Merece atenção especial o problema da permanência em curso de grau médio, pois os números indicam situação alarmante, que reclama medidas de emergência para sua correção.

<u>Turma de 1960 a 1966</u>					
<u>Ensino</u>	<u>Ciclo</u>	<u>Série</u>	<u>Matrícula</u>	<u>Ano</u>	
Médio	Colegial	3ª	16.738	1966	
		2ª	18.100	1965	
		1ª	22.901	1964	
	Ginasial	4ª	24.327	1963	
		3ª	28.890	1962	
		2ª	36.215	1961	
		1ª	44.657	1960	

De 44.657 alunos matriculados, em 1960, na 1ª série do curso ginásial, apenas 24.327 chegaram ao final do curso. A triagem prosseguiu durante o 2º ciclo, onde de 22.901 alunos matriculados na 1ª série, em 1964, somente 16.738 ou 37,5% concluíram seus estudos de nível médio.

Um total de 21.343 professores estavam em 1966 aplicados ao ensino médio em Minas Gerais.

A distribuição proporcional desses docentes em relação as matrículas, nos vários ramos do ensino, é expressa pelo coeficiente aluno/docente que variou de 8 no ensino agrícola, até 17 no ensino secundário.

Número de alunos por professor - 1966

Secundário	17
Comercial	13
Industrial	11
Agrícola	8
Normal	11
TOTAL	15

Quanto à composição qualitativa do corpo docente, verificou-se que dos 16.297 docentes (professor-estabelecimento), somente 2.738 eram diplomados por Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e apenas 1.678 trabalhavam em regime de tempo integral.

3.2.1.2 - Evolução - 1960/66 - No período considerado registrou-se para o ensino médio um incremento global de 170.289 matrículas correspondente a 116% do total apresentado em 1960.

De modo geral manifestou-se nesses anos tendência da expansão constante das matrículas, nos vários ramos do ensino médio, registrando-se apenas redução no efetivo de discentes do ensino agrícola, verificada no ano de 1961, mantida em 1962, mas recuperada no ano seguinte, quando retomou seu ritmo de crescimento.

A posição do ensino secundário, como mais procurado ramo do ensino médio, que se verificava em 1960, manteve-se em 1966. O ensino agrícola que em 1960 ocupava o quarto lugar na ordem de preferência, expressa pelo número global de matrículas, cedeu sua posição em 1966 para o ensino industrial, passando a ocupar o último lugar.

Merece referência o fabuloso aumento do efetivo de discentes do ensino industrial, correspondente a 345% do total existente em 1960, embora os números absolutos ainda indiquem pequena oferta de técnicos de nível médio para a indústria.

3.16 - MATRÍCULA SEGUNDO OS RAMOS DE ENSINO - 1960/66

A N O	TOTAL	R A M O S D E E N S I N O				
		Secundário	Comercial	Industrial	Agrícola	Normal
VALORES ABSOLUTOS						
1960	146.789	107.343	26.036	922	1.030	11.458
1962	183.131	134.991	30.350	1.249	1.010	15.531
1964	232.253	167.554	37.319	2.447	1.837	23.096
1966	317.078	233.973	42.523	4.108	1.953	34.521
VALORES RELATIVOS (1960 = 100)						
1960	100	100	100	100	100	100
1962	125	127	117	135	98	136
1964	158	156	143	265	178	202
1966	216	218	163	445	190	301

Verificaram-se em tôdas as esferas administrativas eleva dos incrementos nas matrículas, Mais importante ainda foi o aumen to do número de matrículas nas escolas estaduais correspondendo a 445% do total existente em 1960.

3.17 - MATRÍCULA, SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA E O CICLO DIDÁTICO - 1960/66

A N O	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA				CICLO DIDÁTICO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	1º	2º
VALORES ABSOLUTOS							
1960	146.789	3.566	19.470	4.828	118.925	115.003	31.786
1962	183.131	4.503	27.085	5.927	145.616	143.242	39.889
1964	232.253	5.006	41.229	9.919	176.099	180.456	51.797
1966	317.078	7.210	106.076	10.482	193.310	245.164	71.914
VALORES RELATIVOS (1960 = 100)							
1960	100	100	100	100	100	100	100
1962	125	126	139	123	122	124	125
1964	158	140	212	205	148	157	163
1966	216	202	545	217	163	213	226

Constatou-se, no período de 1960/66, crescimento dos vá rios tipos de curso médio, muito embora os industriais e agrícolas tenham acusado uma redução em 1962, em relação ao total tomado co mo termo de comparação.

3.18 - CURSOS, SEGUNDO OS RAMOS DE ENSINO - 1960/66

A N O	TOTAL	R A M O S D E E N S I N O				
		Secundário	Comercial	Industrial	Agrícola	Normal
VALORES ABSOLUTOS						
1960	996	570	242	16	13	155
1962	1.096	635	261	13	10	177
1964	1.244	728	278	19	16	203
1966	1.634	992	302	22	15	303
VALORES RELATIVOS (1960 = 100)						
1960	100	100	100	100	100	100
1962	110	111	108	81	77	114
1964	125	128	115	119	123	131
1966	164	174	125	138	115	195

Com relação aos cursos não houve regularidade de expansão nos diversos âmbitos administrativos, exceto no que se refere aos cursos estaduais que evoluíram progressivamente em todo o período, acusando um aumento de 380% relativamente ao ano base.

3.19 - CURSOS, SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA E O CICLO DIDÁTICO -
1960/66

A N O	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA				CICLO DIDÁTICO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	1º	2º
VALORES ABSOLUTOS							
1960	996	29	104	41	822	597	399
1962	1.096	22	112	45	917	675	421
1964	1.244	23	145	62	1.014	780	464
1966	1.634	27	499	47	1.061	993	641
VALORES RELATIVOS (1960 = 100)							
1960	100	100	100	100	100	100	100
1962	110	76	108	110	112	113	106
1964	125	79	139	151	123	131	116
1966	164	93	480	115	129	166	161

O pessoal técnico pedagógico aplicado ao ensino médio acusou um aumento global de 9.684 professores (83% em relação ao ano de 1960), sendo 190 federais, 5.931 estaduais, 161 municipais e 3.402 particulares.

Nos vários ramos do ensino constatou-se expansão regular do corpo docente, destacando-se o maior incremento do corpo docente aplicado ao ensino normal.

3.20 - CORPO DOCENTE, SEGUNDO OS RAMOS DE ENSINO - 1960/66

A N O	TOTAL	R A M O S D E E N S I N O				
		Secundário	Comercial	Industrial	Agrícola	Normal
VALORES ABSOLUTOS						
1960	11.659	7.287	2.405	278	158	1.531
1962	13.097	8.311	2.705	242	165	1.674
1964	16.496	10.372	3.168	370	220	2.366
VALORES RELATIVOS (1960 = 100)						
1960	100	100	100	100	100	100
1962	112	114	112	87	104	109
1964	141	142	132	133	139	155
1966	183	193	139	134	147	216

Entre os vários âmbitos administrativos foi o estadual que apresentou mais elevado incremento de professores no período analisado (388%, muito embora todos os demais tenham acusado crescimento em relação ao ano base. O corpo docente federal se reduziu em 1962 e 1963, retomando nos últimos anos o crescimento, enquanto os demais se ampliaram constantemente nesses 7 anos.

3.21 - CORPO DOCENTE, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E O CICLO DIDÁTICO-
1960/66

A N O	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA				CICLO DIDÁTICO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	1º	2º
VALORES ABSOLUTOS							
1960	11.659	470	1.530	450	9.209	7.317	4.342
1962	13.097	458	1.897	531	10.211	8.473	4.624
1964	16.496	604	2.821	845	12.226	10.937	5.559
1966	21.343	660	7.461	611	12.611	14.106	7.237
VALORES RELATIVOS (1960 = 100)							
1960	100	100	100	100	100	100	100
1962	112	97	124	118	111	116	106
1964	141	129	184	188	133	149	128
1966	183	140	488	136	137	193	167

No tocante aos dois ciclos didáticos verificou-se em ambos um crescimento regular de cursos, matrículas e docentes.

Os percentuais de matrículas e cursos nas escolas particulares decresceram no período considerado, em consequência da expansão do ensino estadual.

3.22 - PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ENSINO MÉDIO

PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	CURSOS		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA (*)	
	1960	1966	1960	1966	1960	1966
<u>Segundo os ramos de ensino</u>						
Secundário	57,2	60,7	62,5	66,0	73,1	73,8
Comercial	24,3	18,5	20,6	15,7	17,8	13,4
Industrial	1,6	1,3	2,4	1,7	0,6	1,3
Agrícola	1,3	0,9	1,4	1,1	0,7	0,6
Normal	15,6	18,6	13,1	15,5	7,8	10,9
<u>Segundo a dependência administrativa</u>						
Federal	2,9	1,7	4,0	3,1	2,4	2,3
Estadual	10,5	30,5	13,1	34,9	13,3	33,4
Municipal	4,1	2,9	3,9	2,9	3,3	3,3
Particular	82,5	64,9	79,0	59,1	81,0	61,0
<u>Segundo o ciclo didático</u>						
Ginasial	59,9	60,8	62,8	66,1	78,3	77,3
Colegial	40,1	39,2	37,2	33,9	21,7	22,7

(*) 1960 - Matrícula geral; 1966 - Matrícula no início do ano (30 de abril).

O coeficiente geral aluno/docente variou de 13 a 15 em 1966. Nos diversos ramos do ensino ocorreu acréscimo desse coeficiente, relativamente aos valores apresentados em 1960. A variação máxima desse coeficiente foi observada no ensino industrial - de 3 a 11, nos anos extremos do período. No ensino secundário, comercial e agrícola, esse coeficiente sofreu o mesmo aumento (2) relativamente ao ano base.

<u>Ano</u>	<u>Total</u>	<u>Secundário</u>	<u>Comercial</u>	<u>Industrial</u>	<u>Agrícola</u>	<u>Normal</u>
1960	13	15	11	3	6	8
1961	13	15	11	4	6	8
1962	14	16	11	5	6	9
1963	14	17	12	7	8	9
1964	14	16	12	7	8	10
1965	14	16	12	8	8	10
1966	15	17	13	11	8	11

3.2.2 - Ensino Secundário

3.2.2.1 - Situação em 1966 - A preferência pelo ensino secundário em 1966 pode ser confirmada pelo total de 233.973 matrículas (73,8% da matrícula no ensino médio) repartidos por 992 cursos.

O ensino secundário em Minas Gerais estava, em sua maioria, a cargo da iniciativa particular (56,1% do total de matrículas) e estadual (39,4% do total de matrículas). A participação dos poderes públicos federal e municipal era insignificante.

No tocante à distribuição dos cursos pelos vários âmbitos administrativos, se fez paralelamente à distribuição proporcional de matrículas.

3.23 - ENSINO SECUNDÁRIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA E O CICLO DIDÁTICO - 1966

ESPECIFICAÇÃO	CURSOS	CORPO DOCENTE	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO (30 de abril)
<u>Dependência administrativa</u>			
Federal	10	278	3.500
%	1,0	2,0	1,5
Estadual	359	5.849	92.167
%	36,2	41,5	39,4
Municipal	30	353	6.972
%	3,0	2,5	3,0
Particular	593	7.606	131.334
%	59,8	54,0	56,1
<u>Ciclo didático</u>			
Ginasial	822	11.954	211.195
%	82,9	84,9	90,2
Colegial	170	2.132	22.778
%	17,1	15,1	9,8
TOTAL	992	14.086	233.973
%	100,0	100,0	100,0

No quadro 3.23, chama de imediato a atenção a grande concentração de matrículas no 1º ciclo (90,2%). Para 211.195 alunos matriculados no curso ginásial temos apenas 22.778 no curso cole-gial.

Êsses dados acima justificam a implantação dos chamados Ginásios Orientados para o Trabalho, que oferecem, ao lado da edu-cação geral básica, um preparo prático orientado para o trabalho.

A atual estrutura acadêmica do ensino secundário já não mais satisfaz, tendo em vista as inovações que o progresso cientí-fico e tecnológico introduziu nas condições de vida e trabalho da humanidade, fazendo-se necessário adaptá-lo racionalmente às exi-gências novas da formação do homem e às necessidades da sociedade moderna. O Ginásio Orientado para o Trabalho se situa dentro des-tas perspectivas ao ensejar uma iniciação profissional, com a in-clusão de disciplinas e práticas educativas de caráter vocacional, permitindo que o jovem seja orientado para o setor no qual tenha maiores possibilidades e no qual possa contribuir de modo mais efi-ciente para a comunidade.

O corpo docente era composto de 54,0% de professores particulares; 41,5% estaduais; 2,5% municipais e 2,0% federais.

3.2.2.2 - Evolução - 1960/66 - Ao ensino secundário tiveram acesso, no período considerado 126.630 alunos, ou seja 118% do total registrado em 1960. É digna de destaque a expansão do ensino secundário estadual, cujo aumento de matrículas superou de muito a soma dos incrementos verificados nas demais esferas administrativas.

Um total de 422 novas unidades escolares de ensino secundário foram colocadas em funcionamento nesses 7 anos, das quais 292 sob a dependência estadual.

De modo geral, observa-se que a escola secundária particular vai perdendo terreno em relação à escola oficial (dada a grande expansão do ensino estadual), como demonstra a redução dos percentuais de matrículas e cursos particulares apresentados no quadro 3.24.

A defasagem na distribuição proporcional de matrículas pelos ciclos didáticos se acentuou nesses 7 anos, como se pode observar através dos dados apresentados a seguir, que tanto podem significar não prosseguimento do curso como transferência para os cursos colegiais técnicos.

Causa séria preocupação a situação, dêsses jovens que encerram seus estudos no curso ginásial secundário, e daqueles que, mesmo concluindo o curso médio, não ingressam na Universidade e que, pressionados por necessidades econômicas serão obrigados a procurar ocupação no comércio, indústria e serviços públicos, sem terem recebido o preparo básico indispensável. Já não podem mais, à vista dos dados acima, restar dúvidas quanto à necessidade de reformulação dêsse tipo de ensino.

No que concerne ao corpo docente, observou-se um acréscimo de 6.799 professores, assim distribuídos pelos vários âmbitos administrativos: 4.735 estaduais; 103 federais; 51 municipais e

1910 particulares. Como se vê, o aumento dos professores estaduais correspondeu a mais do dobro do incremento dos docentes das demais esferas administrativas reunidas.

Os valores crescentes registrados para o coeficiente aluno/docente indicam que o aumento de matrículas excedeu o incremento de docentes. Deve-se mencionar que esse coeficiente (17) em 1966, ainda se situou muito abaixo da média considerada ideal para esse tipo de ensino, fazendo supor capacidade ociosa dos mestres do ensino secundário.

3.24 - ENSINO SECUNDÁRIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E O CICLO DIDÁTICO - 1960/66

ESPECIFI- CAÇÃO	ANO	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				CICLO DIDÁTICO	
			Federal	Estadual	Municipal	Particular	1º	2º
VALORES ABSOLUTOS								
CURSOS...	1960	570	8	67	25	470	464	106
	1966	992	10	359	30	593	822	170
CORPO DO- CENTE	1960	7.237	175	1.114	302	5.696	5.812	1.475
	1966	14.086	278	5.849	353	7.606	11.954	2.132
MATRÍCULA (*)	1960	107.343	2.057	16.446	3.765	85.075	95.551	11.792
	1966	233.973	3.500	92.167	6.972	131.334	211.195	22.778
VALORES RELATIVOS								
CURSOS...	1960	100,0	1,4	11,8	4,4	82,4	81,4	18,6
	1966	100,0	1,0	36,2	3,0	59,8	82,9	17,1
CORPO DO- CENTE	1960	100,0	2,4	15,3	4,1	78,2	79,8	20,2
	1966	100,0	2,0	41,5	2,5	54,0	84,9	15,1
MATRÍCULA (*)	1960	100,0	2,0	15,3	3,5	79,2	89,0	11,0
	1966	100,0	1,5	39,4	3,0	56,1	90,2	9,8

(*) 1966, matrícula no início do ano (30 de abril)

3.2.3 - Ensino Comercial

3.2.3.1 - Situação em 1966 - O pequeno desenvolvimento do ensino comercial em Minas Gerais é patente. Apenas 42.523 alunos se encontravam, em 1966, matriculados em 302 cursos comerciais.

O ensino comercial estava quase totalmente entregue à iniciativa particular (85,0% da matrícula no início do ano) o que talvez explique, em parte, a pequena demanda desse tipo de ensino, em

geral procurado pelas camadas da população menos dotadas de recursos financeiros. As poucas possibilidades de uma remuneração condigna no trabalho no comércio, sem dúvida, também concorrem para essa situação que os dados registram.

Muito embora 67,9% das matrículas nos cursos de comércio se tenham concentrado no 1º ciclo havia maior número de cursos de 2º ciclo (55,0%).

A proporção geral aluno/docente era de 13, situando-se dentro da faixa ideal, de acordo com a natureza do curso.

3.25 - ENSINO COMERCIAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E O CICLO DIDÁTICO - 1966

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA				CICLO DIDÁTICO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	1º	2º
VALORES ABSOLUTOS							
Cursos	302	1	32	15	254	136	166
Corpo Docente...	3.352	7	369	221	2.755	1.671	1.681
Matrícula	42.523	92	3.337	2.961	36.133	28.866	13.657
VALORES RELATIVOS							
Cursos	100,0	0,3	10,6	5,0	84,1	45,0	55,0
Corpo Docente ..	100,0	0,2	11,0	6,6	82,2	49,8	50,2
Matrícula	100,0	0,2	7,8	7,0	85,0	67,9	32,1

3.2.3.2 - Evolução - 1960/66 - Em relação ao ano base observou-se um aumento de 16.487 matrículas (63%) nos cursos comerciais concentrado em grande parte nas escolas particulares (11.239).

Apenas um curso com 92 matrículas representa o aparecimento da iniciativa federal no ensino comercial, em Minas Gerais, inexistente em 1960. Mais 60 cursos de ensino comercial foram colocados em funcionamento no período considerado, sendo 27 particulares, 3 municipais, 29 estaduais e 1 federal.

Com relação a esse tipo de ensino médio, manifestou-se a tendência para maior participação dos poderes públicos, fato que poderá condicionar maior procura desse tipo de ensino.

Em 1960, apenas 4,4% das matrículas foram efetuadas em escolas oficiais, ampliando-se êsse percentual para 15,0%, em 1966.

A distribuição de matrículas pelos ciclos didáticos praticamente não se alterou no período, permanecendo o predomínio do 1º sobre o 2º ciclo.

No que diz respeito ao corpo docente, registrou-se um incremento global de 947 docentes - 488 particulares, 116 municipais, 336 estaduais e 7 federais.

A distribuição de docentes pelos dois ciclos didáticos não se alterou em 7 anos, permanecendo a maior parte no 2º ciclo, não acompanhando a distribuição proporcional de matrículas.

O coeficiente aluno/docente para o ensino comercial acusou uma variação máxima de 11 a 13 nos anos extremos do período. Durante todos êsses anos notou-se crescimento constante dêsse coeficiente, que em 1966, ainda se encontrava dentro da média ideal para êsse tipo de curso.

3.26 - ENSINO COMERCIAL, SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA E O CICLO DIDÁTICO - 1960/66

VARIÁVEIS	ANO	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA				CICLO DIDÁTICO	
			Federal	Estadual	Municipal	Particular	1º	2º
VALORES ABSOLUTOS								
Cursos	1960	242	-	3	12	227	103	139
	1966	302	1	32	15	254	136	166
Corpo Docente	1960	2.405	-	33	105	2.267	1.110	1.295
	1966	3.352	7	369	221	2.755	1.671	1.681
Matrícula *	1960	26.036	-	393	749	24.894	16.577	9.459
	1966	42.523	92	3.337	2.961	36.133	28.866	13.657
VALORES RELATIVOS								
Cursos	1960	100,0	-	1,2	5,0	93,8	42,6	57,4
	1966	100,0	0,3	10,6	5,0	84,1	45,0	55,0
Corpo Docente	1960	100,0	-	1,4	4,3	94,3	46,2	53,8
	1966	100,0	0,2	11,0	6,6	82,2	49,8	50,2
Matrícula *	1960	100,0	-	1,5	2,9	95,6	63,7	36,3
	1966	100,0	0,2	7,8	7,0	85,0	67,9	32,1

(*) 1966, matrícula no início do ano (30 de abril).

3.2.4 - Ensino Industrial

3.2.4.1 - Situação em 1966 - O ensino industrial se apresentou muito pouco desenvolvido no Estado de Minas Gerais, onde em 1966, somente 4.108 alunos estavam matriculados em 22 cursos, significando pequena oferta de técnicos qualificados de nível médio, com suas repercussões na expansão industrial dessa Unidade da Federação.

A responsabilidade com relação ao ensino industrial estava repartida entre os poderes públicos federal e particular (48, 6% e 37,3% das matrículas, respectivamente). A iniciativa estadual era inexpressiva e a municipal, inexistente.

Quanto às matrículas segundo os ciclos didáticos, nota-se distribuição equilibrada entre o 1º e 2º ciclo.

O coeficiente aluno/docente para o ensino industrial em Minas Gerais era, em 1966, de 11 alunos por docente.

3.27 - ENSINO INDUSTRIAL, SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA E O CICLO DIDÁTICO - 1966

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA				CICLO DIDÁTICO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	1º	2º
VALORES ABSOLUTOS							
Cursos	22	5	5	-	12	12	10
Corpo Docente	373	170	58	-	145	163	210
Matrícula	4.108	1.998	580	-	1.530	1.960	2.148
VALORES RELATIVOS							
Cursos	100,0	22,7	22,7	-	54,6	54,5	45,5
Corpo Docente	100,0	45,6	15,5	-	38,9	43,7	56,3
Matrícula	100,0	48,6	14,1	-	37,3	47,7	52,3

3.2.4.2 - Evolução - 1960/66 - O ensino industrial, como já foi dito, foi o que apresentou maior desenvolvimento relativo no período analisado, demonstrado pelo crescimento de 345% matrículas em relação ao ano base. Não obstante êsse significativo desenvolvimento, o número de matrículas ainda estava em 1966 muito distante do que seria desejável.

O acréscimo de 3.186 alunos que ocorreu no ensino industrial, de 1960 a 1966, apresenta a seguinte ordem de preferência em relação às escolas: 1.299 alunos se dirigiram para as escolas particulares; 580 para as estaduais e 1.307 para as federais.

A iniciativa municipal no ensino industrial, inexistente em 1960, ainda não se manifestou em 1966, enquanto já se observa a participação do Governo Estadual, expressa pelo total de 580 matrículas, distribuídas por 5 cursos.

Embora em 1966 se registrasse maior número de cursos particulares, observou-se que as escolas federais contaram com a preferência dos educandos, confirmada pelo maior número de matrículas.

Deve-se chamar a atenção para o fato de que enquanto os cursos particulares de ensino industrial duplicaram no período, os cursos federais se reduziram à metade em 7 anos.

Notou-se em 1966 certo equilíbrio na repartição de matrículas pelos ciclos didáticos, situação que se manteve estacionária nesses 7 anos.

O pessoal técnico pedagógico aplicado ao ensino industrial foi aumentado em mais 95 professores. Analisando a distribuição dos mestres pelas várias esferas administrativas, verificou-se uma redução do número de docentes federais. Ao corpo docente particular foram incorporados 52 professores, e ao estadual, inexistente em 1960, 58 docentes.

Enquanto em 1960 cada professor ficava encarregado de 3 alunos, em 1966 essa proporção se elevou para 11 alunos por docente, reflexo do elevado aumento de matrículas, superior ao incremento do número de professores.

3.28 - ENSINO INDUSTRIAL, SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA E O CICLO DIDÁTICO - 1960/66

ESPECIFICAÇÃO	ANO	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA				CICLO DIDÁTICO	
			Federal	Estadual	Municipal	Particular	1º	2º
VALORES ABSOLUTOS								
Cursos	1960	16	10	-	-	6	6	10
	1966	22	5	5	-	12	12	10
Corpo Docente.	1960	278	185	-	-	93	120	158
	1966	373	170	58	-	145	163	210
Matrícula	1960	922	691	-	-	231	430	492
	1966	4.108	1.998	580	-	1.530	1.960	2.148
VALORES RELATIVOS								
Cursos	1960	100,0	62,5	-	-	37,5	37,5	62,5
	1966	100,0	22,7	22,7	-	54,6	54,5	45,5
Corpo Docente.	1960	100,0	66,5	-	-	33,5	43,2	56,8
	1966	100,0	45,6	15,5	-	38,9	43,7	56,3
Matrícula	1960	100,0	75,0	-	-	25,0	46,6	53,4
	1966	100,0	48,6	14,1	-	37,3	47,7	52,3

3.2.5 - Ensino Agrícola

3.2.5.1 - Situação em 1966 - O ensino agrícola foi o ramo do ensino médio em que se registrou mais baixo número de matrículas. Apenas 1.953 alunos estavam, em 1966, matriculados nesses cursos.

Considerando que Minas Gerais se caracteriza como um Estado rural, pode-se imaginar as consequências da pequena oferta de mão-de-obra qualificada na sua produtividade agropecuária.

Esse tipo de ensino estava em Minas Gerais, sob a quase total dependência do Governo Federal. A participação municipal foi nula com relação ao ensino agrícola.

Observou-se maior número de cursos de 1º ciclo, onde se concentravam 79,8% das matrículas.

A proporção entre alunos e docentes era, em 1966, de 8 alunos por professor, para esse tipo de ensino.

3.29 - ENSINO AGRÍCOLA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E O CICLO DIDÁTICO - 1966

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA				CICLO DIDÁTICO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	1º	2º
VALORES ABSOLUTOS							
Cursos	15	10	2	-	3	12	3
Corpo Docente	232	184	20	-	28	166	66
Matrícula	1.953	1.502	161	-	290	1.558	395
VALORES RELATIVOS							
Cursos	100,0	66,7	13,3	-	20,0	80,0	20,0
Corpo Docente	100,0	79,3	8,6	-	12,1	71,6	28,4
Matrícula	100,0	76,9	8,2	-	14,9	79,8	20,2

3.2.5.2 - Evolução - 1960/66 - O ensino agrícola acusou, em relação ao ano base, aumento de 90% no número de matrículas, embora, ainda em 1966, se apresentasse muito pouco desenvolvido, no Estado.

Ao se considerar que Minas se caracteriza como um Estado nitidamente rural, onde 69% da população economicamente ativa estavam aplicados em trabalhos no campo, pode-se fazer uma idéia das repercussões dessa situação educacional na produtividade agrícola desse Estado.

Foi o ensino agrícola federal que mais se desenvolveu nesse período, tomando-se, como medida, o número de matrículas, muito embora se tenha registrado redução de uma unidade escolar.

Em 1960, esse tipo de ensino médio estava entregue ao governo federal e estadual e em 1966, já se registrava a participação da iniciativa particular.

No tocante à distribuição das matrículas pelos ciclos didáticos, observou-se predominância do 1º para o 2º ciclo.

O corpo docente se expandiu regularmente no período, acusando um aumento de 47% em relação a 1960. O incremento global de 74 docentes assim se repartiu pelos vários setores administrativos: 46 públicos e 28 particulares. Registrou-se a redução de 28 docen-

tes no âmbito estadual. Deve-se mencionar que a iniciativa particular no ensino agrícola era inexistente em 1960 caracterizando-se, em 1966, por 290 discentes, 3 cursos e 28 docentes.

Enquanto, em 1960, o maior número de docentes se concentrava em cursos de 2º ciclo, em 1966, verificou-se uma inversão na distribuição proporcional de professores pelos dois ciclos didáticos.

O coeficiente aluno/docente apresentou uma variação máxima de 6 a 8 respectivamente em 1960 e 1966.

3.30 - ENSINO AGRÍCOLA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E O CICLO DIDÁTICO - 1960/66

ESPECIFICAÇÃO	ANO	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA				CICLO DIDÁTICO	
			Federal	Estadual	Municipal	Particular	1º	2º
VALORES ABSOLUTOS								
Cursos	1960	13	11	2	-	-	8	5
	1966	15	10	2	-	3	12	3
Corpo Docente.	1960	158	110	48	-	-	76	82
	1966	232	184	20	-	28	166	66
Matrícula	1960	1.030	818	212	-	-	626	404
	1966	1.953	1.502	161	-	290	1.558	395
VALORES RELATIVOS (%)								
Cursos	1960	100,0	84,6	15,4	-	-	61,5	38,5
	1966	100,0	66,7	13,3	-	20,0	80,0	20,0
Corpo Docente.	1960	100,0	69,6	30,4	-	-	48,1	51,9
	1966	100,0	79,3	8,6	-	12,1	71,6	28,4
Matrícula	1960	100,0	79,4	20,6	-	-	60,8	39,2
	1966	100,0	76,9	8,2	-	14,9	79,8	20,2

3.2.6 - Ensino Normal

3.2.6.1 - Situação em 1966 - Em 1966, 34.521 jovens demonstraram preferência pelo ensino normal distribuindo-se por 303 cursos.

O preparo do pessoal técnico pedagógico em Minas Gerais estava principalmente a cargo da iniciativa particular, responsável por 69,6% das matrículas. O governo estadual estava encarregado de 28,5% das matrículas totais, sendo insignificante a participação das demais esferas administrativas.

Merece destaque especial o fato de 95,4% das matrículas no ensino normal se situarem em cursos de 2º ciclo, indicando uma tendência salutar para a oferta de mão-de-obra qualificada para o magistério primário, cuja composição em 1966, como já foi dito, deixa va muito a desejar.

Para o ensino normal, foi encontrada a proporção de 10 alu nos por docente.

3.31 - ENSINO NORMAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E O CICLO DIDÁTICO - 1966

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA				CICLO DIDÁTICO	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	1º	2º
VALORES ABSOLUTOS							
Cursos	303	1	101	2	199	11	292
Corpo Docente	3.300	21	1.165	37	2.077	152	3.148
Matrícula	34.521	118	9.831	549	24.023	1.585	32.936
VALORES RELATIVOS (%)							
Cursos	100,0	0,3	33,3	0,7	65,7	3,6	96,4
Corpo Docente	100,0	0,6	35,3	1,2	62,9	4,6	95,4
Matrícula	100,0	0,3	28,5	1,6	69,6	4,6	95,4

3.2.6.2 - Evolução - 1960/66 - Em relação ao ano base, o ensino normal acusou uma expansão significativa, expressa pelos índices de 301 para as matrículas, 195 para os cursos e 216 para o cor po docente, fato auspicioso quando se considera o baixo padrão qualitativo do corpo docente aplicado ao ensino primário em Minas Gerais, (49,7% de normalistas, em 1966).

Foi o ensino normal particular que mais se desenvolveu no período em estudo, com relação ao número de matrículas. Em 7 anos, considerando os anos extremos da análise, a rede particular sofreu um acréscimo de 80 unidades escolares.

Ao corpo docente de ensino normal foram incorporados 1.769 professores, que se repartiram principalmente pelas órbitas esta- dual e particular.

Se, em 1960, era maior o número de cursos e matrículas no 2º ciclo, a disparidade se acentuou no fim do período, indicando, possivelmente, procura dos cursos técnico-pedagógicos por alunos que concluíram o curso ginásial secundário.

Deve-se registrar o aparecimento da iniciativa federal no ensino normal em Minas Gerais, constatada pelas 118 matrículas e 21 docentes, concentrados em um único curso.

O corpo docente de ensino normal no Estado sofreu um acréscimo absoluto de 1.769 docentes, dos quais 924 particulares, 830 estaduais e 21 federais. O corpo docente municipal reduziu-se em 6 professores.

No tocante ao coeficiente aluno/docente observaram-se valores crescentes no período 1960-66 (7 a 10), embora ainda se apresentasse, em 1966, abaixo da média ideal para esse tipo de curso.

3.32 - ENSINO NORMAL, SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA E O CICLO DIDÁTICO - 1960/66

ESPECIFICAÇÃO	ANO	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				CICLO DIDÁTICO	
			Federal	Estadual	Municipal	Particular	1º	2º
VALORES ABSOLUTOS								
Cursos	1960	155	-	32	4	119	16	139
	1966	303	1	101	2	199	11	292
Corpo Docente.	1960	1.531	-	335	43	1.153	199	1.332
	1966	3.300	21	1.165	37	2.077	152	3.148
Matrícula	1960	11.458	-	2.419	314	8.725	1.819	9.639
	1966	34.521	118	9.831	549	24.023	1.585	32.936
VALORES RELATIVOS (%)								
Cursos	1960	100,0	-	20,6	2,6	76,8	10,3	89,7
	1966	100,0	0,3	33,3	0,7	65,7	3,6	96,4
Corpo Docente.	1960	100,0	-	21,9	2,8	75,3	13,0	87,0
	1966	100,0	0,6	35,3	1,2	62,9	4,6	95,4
Matrícula	1960	100,0	-	21,1	2,7	76,2	15,9	84,1
	1966	100,0	0,3	28,5	1,6	69,6	4,6	95,4

3.3 - ENSINO SUPERIOR

3.3.1 - Graduação

3.3.1.1 - Situação em 1966 - A primeira constatação que é possível fazer com relação ao Ensino Superior em Minas Gerais, refere-se à sua presença quantitativa insuficiente, em termos globais, confirmada pelos dados apresentados abaixo:

3.33 - ENSINO SUPERIOR - PRINCIPAIS RAMOS DE ENSINO - 1966

RAMOS DE ENSINO	CURSOS	MATRÍCULA	CORPO DOCENTE	CONCLUSÕES (*)
TOTAL	155	20.468	3.985	2.062
Direito	9	4.774	170	440
Engenharia	22	4.105	1.428	374
Filosofia, Ciências e Letras	74	4.802	793	261
Medicina	4	1.761	396	276
Odontologia	6	983	191	63
Administração e Economia	12	1.729	223	175
Farmácia	6	348	147	125
Agricultura	2	526	104	104
Enfermagem	6	132	130	9
Arquitetura e Urbanismo	1	288	69	39
Medicina Veterinária	1	181	63	42
Serviços Sociais	2	216	49	34
Artístico	2	132	49	8
Jornalismo	2	129	41	27
Biblioteconomia	1	84	20	17
Outros	5	278	112	68

(*) Dados relativos a 1965.

Quanto à distribuição das matrículas pelos vários ramos do ensino, a característica marcante é a desproporção acentuada - 80,3% se concentram em apenas 5 cursos (Direito, Engenharia, Filosofia, Ciências e Letras, Medicina e Odontologia), tudo indicando que uma aguda defasagem existe entre o produto da escola e as necessidades sentidas pela economia do Estado.

Causa surpresa o fato de apenas 2,6% e 0,9% das matrículas se concentrarem em cursos de agronomia e veterinária, quando se

conhece a característica rural do Estado e o problema da produção agropecuária que está a exigir o trabalho desses técnicos.

Com relação aos cursos, a maioria era de Filosofia, Ciências e Letras (74), seguido dos de Engenharia (22) e Administração e Economia (12); os demais ramos do ensino apresentaram menos de 10 unidades escolares. 3.985 professores que constituíram o corpo docente de nível superior em Minas Gerais, 1.428 estavam em Engenharia, 793 em Filosofia, Ciências e Letras, 396 em Medicina, 223 em Administração e Economia, etc., até 20 em Biblioteconomia.

Essa situação vai se refletir na grande variação extrema do coeficiente aluno/docente, nos vários setores do ensino - de 1 nos cursos de Enfermagem, até 28 nos cursos de Direito.

Em todos os ramos do ensino esse coeficiente apresentou-se muito abaixo do valor ideal que a técnica didática aponta por tipo de curso, de conformidade com sua natureza, fazendo supor capacidade ociosa do corpo docente.

3.34 - COEFICIENTE ALUNO/DOCENTE - 1966

RAMOS DE ENSINO	ALUNO/DOCENTE
GERAL	5
Direito	28
Engenharia	3
Filosofia, Ciências e Letras	6
Medicina	4
Odontologia	5
Administração e Economia	8
Farmácia	2
Agricultura	5
Enfermagem	1
Arquitetura e Urbanismo	4
Medicina Veterinária	3
Serviços Sociais	4
Artístico	3
Jornalismo	3
Biblioteconomia	4
Outros	2

Os quantitativos apresentados no quadro 3.33, relativos às conclusões de curso, revelam pequena oferta de técnicos de nível superior, possibilitando a afirmação de que, a fim de se acelerar ou simplesmente manter o ritmo de desenvolvimento, grande soma de recursos deverá ser aplicada na expansão do ensino superior em Minas Gerais.

3.3.1.2 - Evolução - 1960/66 - As matrículas no ensino superior em Minas Gerais, no período selecionado para análise, acusaram um incremento de 125% em relação ao total tomado como termo de comparação.

Em todos êsses 7 anos, a população estudantil de nível superior esteve em constante ascensão, muito embora ainda representasse em 1966, uma parcela insignificante, correspondendo a 0,2% (graduação e pós-graduação) de uma população que em 1960 era constituída de 70% de jovens de menos de 30 anos de idade.

3.35 - ENSINO SUPERIOR - CURSOS, CORPO DOCENTE, MATRÍCULA E CONCLUSÕES - 1960/66

A N O	CURSOS	CORPO DOCENTE	MATRÍCULA	CONCLUSÕES
VALORES ABSOLUTOS				
1960	130	2.458	9.090	1.714
1962	148	2.616	10.797	1.998
1964	120	3.199	14.221	2.116
1966	155	3.985	20.468	...
VALORES RELATIVOS (1960 = 100)				
1960	100	100	100	100
1962	114	106	119	116
1964	92	130	156	123
1966	119	162	225	...

Com relação aos cursos não se observou a mesma regularidade de expansão, constatando-se redução de 15%, 8% e 5% nos anos de 1963 a 1965, em relação ao ano base, muito embora, ao se considerar os extremos do período, se verificasse um acréscimo de 19%.

No que concerne ao corpo docente, excetuando-se a retração ocorrida em 1961, cresceu constantemente, até atingir o percentual de 62% do quantitativo existente em 1960.

Quanto à expansão do ensino superior, em termos de matrículas, segundo os vários ramos, retratada nos quadros apresentados a seguir, constatou-se um maior desenvolvimento dos cursos de Jornalismo (378%), Biblioteconomia (342%), Filosofia, Ciências e Letras (270%), Administração e Economia (215%). Os demais apresentaram índices de crescimento inferior a 200%, exceto os de Farmácia e Enfermagem que tiveram seus efetivos discentes reduzidos em 8% e 37%, respectivamente.

3.36 - ENSINO SUPERIOR - PRINCIPAIS RAMOS DE ENSINO - 1960/66

RAMOS DE ENSINO	CURSOS		MATRÍCULA		CORPO DOCENTE		CONCLUSÕES	
	1960	1966	1960	1966	1960	1966	1960	1965
TOTAL	130	155	9.090	20.468	2.458	3.985	1.714	2.062
Direito	6	9	1.804	4.774	134	170	224	440
Engenharia	12	22	1.792	4.105	471	1.428	230	374
Filosofia, Ciências e Letras	69	74	1.299	4.802	804	793	362	261
Medicina	4	4	1.024	1.761	276	396	149	276
Odontologia	5	6	973	983	92	191	316	63
Administração e Economia	5	12	549	1.729	116	223	63	175
Farmácia	4	6	377	348	60	147	159	125
Agricultura	2	2	361	526	51	104	48	104
Enfermagem	5	6	211	132	164	130	45	9
Arquitetura e Urbanismo.	1	1	163	288	68	69	25	39
Medicina Veterinária ...	1	1	121	181	38	63	19	42
Serviço Social	2	2	83	216	41	49	16	34
Artístico	8	2	71	132	30	49	8	8
Jornalismo	2	2	27	129	17	41	3	27
Biblioteconomia	1	1	19	84	10	20	4	17
Outros	3	5	216	278	86	112	43	68

3.37 - ENSINO SUPERIOR - NÚMEROS INDICES - 1960-66

RAMOS DE ENSINO	1960 =	1 9 6 6			
	100	CURSOS	MATRÍCULA	CORPO DOCENTE	CONCLUSÕES *
TOTAL	100	119	225	162	120
Direito	100	150	265	127	196
Engenharia	100	183	229	303	163
Filosofia, Ciências e Letras	100	107	370	97	72
Medicina	100	100	172	143	185
Odontologia	100	120	101	208	20
Administração e Economia	100	240	315	192	278
Farmácia	100	150	92	245	79
Agricultura	100	100	146	204	217
Enfermagem	100	120	63	79	20
Arquitetura e Urbanismo	100	100	177	101	156
Medicina Veterinária	100	100	150	166	221
Serviço Social	100	100	260	120	213
Artístico	100	25	186	163	100
Jornalismo	100	100	478	241	900
Biblioteconomia	100	100	442	200	425
Outros	100	167	128	130	158

(*) Dados relativos a 1965.

3.38 - ENSINO SUPERIOR - PARTICIPAÇÃO NO TOTAL - 1960-66

RAMOS DE ENSINO	CURSOS (%)		MATRÍCULA (%)		CORPO DOCENTE (%)		CONCLUSÕES (%)	
	1960	1966	1960	1966	1960	1966	1960	1966
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100
Direito	4,6	5,8	19,8	23,3	5,5	4,3	13,1	21,3
Engenharia	9,3	14,2	19,7	20,1	19,2	35,8	13,4	18,2
Filosofia, Ciências e Letras ...	53,1	47,7	14,3	23,5	32,7	19,9	21,1	12,7
Medicina	3,1	2,6	11,3	8,6	11,2	9,9	8,7	13,4
Odontologia	3,8	3,9	10,7	4,8	3,7	4,8	18,4	3,1
Administração e Economia	3,8	7,8	6,0	8,4	4,7	5,6	3,8	8,5
Farmácia	3,1	3,9	4,1	1,7	2,4	3,7	9,3	6,1
Agricultura	1,5	1,3	4,0	2,6	2,1	2,6	2,8	5,0
Enfermagem	3,8	3,9	2,3	0,6	6,7	3,3	2,6	0,4
Arquitetura e Urbanismo	0,8	0,6	1,8	1,4	2,8	1,7	1,4	1,9
Medicina Veterinária	0,8	0,6	1,4	0,9	1,5	1,6	1,1	2,0
Serviço Social	1,5	1,3	0,9	1,1	1,7	1,2	0,9	1,6
Artístico	6,2	1,3	0,8	0,6	1,2	1,2	0,5	0,4
Jornalismo	1,5	1,3	0,3	0,6	0,7	1,1	0,2	1,3
Biblioteconomia	0,8	0,6	0,2	0,4	0,4	0,5	0,2	0,8
Outros	2,3	3,2	2,4	1,4	3,5	2,8	2,5	3,3

A análise dessa expansão ficou prejudicada pela ausência de dados sobre o mercado de trabalho para esses técnicos em Minas Gerais. Todavia, cabe aqui a observação que o desenvolvimento do ensino superior não foi orientado no sentido do oferecimento de técnicos exigidos pelo setor primário (agrônomos e veterinários) e secundário (engenheiros em todas as suas especializações).

Com relação aos cursos, o mais elevado incremento observado no período relacionou-se aos de Administração e Economia, profissão que se vem firmando não somente em Minas Gerais, mas no conjunto do País.

Nos demais ramos do ensino, a expansão dos cursos foi bastante variada - muitos permaneceram estacionários nesses 7 anos, enquanto outros sofreram pequenos acréscimos, registrando-se, apenas, redução dos cursos classificados como "Artístico".

No que concerne ao corpo docente, nos vários ramos do ensino, os que acusaram maior aumento, de 1960 a 1966, foram os seguintes, em ordem decrescente: Engenharia (203%); Farmácia (145%); Jornalismo (141%); Odontologia (108%); Agricultura (104%) e Biblioteconomia (100%).

A proporção geral aluno/docente para o ensino superior variou nesse período de 4 a 5. Nos vários ramos de ensino, muito embora esse coeficiente tenha se elevado, ainda permaneceu, em 1966, muito abaixo da média ideal, de acordo com a natureza dos cursos.

3.39 - ENSINO SUPERIOR - COEFICIENTE ALUNO/DOCENTE - 1960/66

RAMOS DE ENSINO	A N O	
	1960	1966
GERAL	4	5
Direito	14	28
Engenharia	4	3
Filosofia, Ciências e Letras	16	6
Medicina	4	4
Odontologia	11	5
Administração e Economia	5	8
Farmácia	6	2
Agricultura	7	5
Enfermagem	1	1
Arquitetura e Urbanismo	2	4
Medicina Veterinária	3	3
Serviço Social	2	4
Artístico	2	3
Jornalismo	2	3
Biblioteconomia	2	4
Outros	2	2

Em relação ao ano base, verificou-se um acréscimo de 20% no número de conclusões de curso. Todavia, analisando-se os números índices apresentados no quadro 3.35, que indicam as variações anuais do número de graduados, relativas ao total tomado como termo de comparação, constata-se marcantes oscilações, que determinam distorções na tendência normal do período.

Também com relação às conclusões de curso, o desconhecimento das oportunidades de trabalho para os diversos tipos de profissionais impediu sua apreciação nos termos devidos, ficando aqui a sugestão para um estudo em profundidade deste tema, básico para o planejamento do ensino superior.

3.3.2 - Pós-Graduação

3.3.2.1 - Situação em 1966 - O ensino de pós-graduação ainda se encontrava, em 1966, muito pouco desenvolvido no Estado, atingindo a uma parcela mínima dos graduados em cursos superiores, como se pode observar dos dados expostos no quadro abaixo.

3.40 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - 1966

RAMOS DE ENSINO	CURSOS	MATRÍCULA	CORPO DOCENTE	CONCLUSÕES (*)
TOTAL	4	235	47	40
Direito	1	141	12	-
Arquitetura e Urbanismo	1	60	10	11
Higiene e Saúde Pública	2	34	25	29

(*) Dados relativos a 1965.

Apenas em três ramos do ensino superior - Direito, Arquitetura e Urbanismo e Higiene e Saúde Pública, foram oferecidas, em 1966, oportunidades de aperfeiçoamento. Esses dados revelam que não houve preocupação do Governo em cuidar do aprimoramento do pessoal técnico reclamado para o desenvolvimento da agricultura e indústria mineiras.

A situação assume aspecto de maior gravidade ao se considerar o baixo padrão de ensino nos cursos de formação, o que torna praticamente indispensável o prosseguimento dos estudos em cursos de pós-graduação.

O desenvolvimento do ensino superior, e o consequente oferecimento de candidatos para os cursos de pós-graduação, exigirá o planejamento da expansão desses cursos, orientada no sentido do atendimento das necessidades constatadas no Estado, quanto a uma força de trabalho altamente qualificada nos vários ramos de ensino.

3.3.2.2 - Evolução - 1960/66 - Em relação ao ano base, constatou-se um acréscimo de 39 matrículas nos cursos de pós-graduação. Os quadros abaixo apresentados, mostram a expansão desse tipo de ensino em números absolutos e relativos.

3.41 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - 1960/66

A N O S	CURSOS	CORPO DOCENTE	MATRÍCULA	CONCLUSÕES DE CURSO
VALORES ABSOLUTOS				
1960	6	61	196	16
1962	5	42	230	67
1964	7	64	217	57
1966	4	47	235	...
VALORES RELATIVOS (1960 = 100)				
1960	100	100	100	100
1962	83	69	117	419
1964	117	105	111	356
1966	67	77	120	...

Enquanto, em 1960, as matrículas se distribuíam por 5 ramos do ensino, (Filosofia, Ciências e Letras, Direito, Arquitetura e Urbanismo, Higiene e Saúde Pública e Polícia Civil), em 1966, se concentraram em apenas 3 cursos (Direito, Arquitetura e Urbanismo e Higiene e Saúde Pública), como se vê no quadro abaixo.

3.42 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - 1960-66

RAMOS DE ENSINO	CURSOS		MATRÍCULA		CORPO DOCENTE		CONCLUSÕES	
	1960	1966	1960	1966	1960	1966	1960	1965
TOTAL	6	4	196	235	61	47	16	40
Filosofia, Ciências e Letras	2	-	17	-	17	-	6	-
Direito	1	1	118	141	11	12	8	-
Arquitetura e Urbanismo.	1	1	23	60	9	10	1	11
Higiene e Saúde Pública.	1	2	9	34	18	25	-	29
Polícia Civil	1	-	29	-	6	-	1	-

A redução de 6 para 4 no número de cursos de pós-graduação é uma decorrência do não funcionamento em 1966 dos cursos de Filosofia, Ciências e Letras e Polícia Civil.

Igual redução se verificou no corpo docente, de 61 a 47/1960-66) correspondente a 17 professores do curso de Filosofia, Ciências e Letras e 6 do curso de Polícia Civil. O corpo docente dos cursos que se mantiveram, ao considerar-se os anos extremos do período, sofreu um acréscimo global de 9 professores.

Em 1960, concluíram curso de pós-graduação 16 profissionais, ampliando-se esse total para 40, em 1965.

Examinando a evolução desta categoria de ensino, ao longo dos seis anos em estudo, verifica-se uma acentuada irregularidade em todas as variáveis estudadas. Nota-se retração no ano de 1962, com ligeira recuperação nos anos seguintes, sem, contudo, atingir aos níveis de 1961.

Convém ressaltar, que o incremento do número de cursos, apresentado em 1965, não refletiu nas demais variáveis, podendo indicar imprecisão do dado. Nota-se, ainda, que apesar da queda havida em 1966, houve um acréscimo, tanto no corpo docente quanto no de matrícula geral, indicando não haver a estreita correlação que se poderia esperar.

Em conclusão, pode-se dizer que, em termos quantitativos, a situação do nível de pós-graduação é deficiente, assumindo aspectos da maior gravidade quando se considera a natureza dos cursos ministrados.